

A Importância Estratégica da Criação da Brigada da Foz do Amazonas para a Defesa da Amazônia Setentrional Brasileira

Por Tiago Luedy¹, Ítalo Gouvêa², Paulo Guerra³, Raissa Sena⁴, Cinthia Rocha⁵ e Ana Beatriz Ayres⁶

As regiões de fronteira na Amazônia apresentam certas particularidades em comum que potencializam a dificuldade de manter a segurança e de projetar a defesa do território, como a porosidade das fronteiras, a baixa densidade populacional e o baixo nível de desenvolvimento. Tudo isso faz com que toda a região amazônica acabe sendo vista como uma "fronteira" em três sentidos: demográfico, econômico e geopolítico. Como espaço que necessita da presença do Estado e das Forças Armadas para afirmar a soberania nacional e combater ilícitos transnacionais, os mais de 11 mil km de fronteiras amazônicas vêm sendo gradativamente reforçados, desde a criação do Comando Militar da Amazônia, em 1956, até a criação do Comando Militar do Norte, em 2013. A percepção da posição estratégica privilegiada da parte oriental da Amazônia suscitou maior atenção em torno da foz do rio Amazonas, porta de entrada da região pelo Oceano Atlântico. Foi criada, então, em 2014, a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Macapá-AP, para defender a foz do Amazonas e resguardar as fronteiras nacionais na região. O objetivo do presente trabalho é discutir os aspectos que apontam para a importância estratégica da criação da Brigada da Foz do Amazonas para a defesa da Amazônia Setentrional Brasileira.

Palavras-Chave: Amazônia Setentrional; Foz do Amazonas; Defesa Estratégica; 22ª Brigada de Infantaria de Selva.

¹ Tiago Luedy Silva é professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Diretor do Laboratório de Relações Internacionais e Geopolítica (LABRIGEO)

² Ítalo Allan Maia Gouvêa é acadêmico do 8º semestre de Relações Internacionais da UNIFAP e pesquisador do Observatório de Fronteiras do Platô das Guianas (OBFRON)

³ Paulo Raul Costa Guerra é acadêmico do 7º semestre de RI da UNIFAP e pesquisador do OBFRON e do LABRIGEO

⁴ Raissa Lorena Malcher Sena é acadêmica do 7º semestre de RI da UNIFAP e pesquisadora do OBFRON e do LABRIGEO

⁵ Cinthia Mirla Soares Rocha é acadêmica do 6º semestre de RI da UNIFAP e pesquisadora do LABRIGEO

⁶ Ana Beatriz Santos Ayres de Mira é acadêmica do 4º semestre de RI da UNIFAP e pesquisadora do LABRIGEO

Introdução

Desde o final da década de 30 que a integração da Amazônia com o restante do país se tornou uma preocupação do governo brasileiro. O “Discurso do rio Amazonas” do então presidente Getúlio Vargas, em 1940, já apontava a necessidade de ocupação das fronteiras brasileiras na Amazônia e a dificuldade que o vazio demográfico na região representava.

Foi somente em 1953 que um verdadeiro planejamento regional foi apresentado para a ocupação territorial da Amazônia, por meio da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Os investimentos feitos pela SPVEA na região tiveram influência direta em questões de segurança nacional, já que o controle político regional seria resultante de futuras concentrações populacionais na Amazônia.

Com a extinção da SPVEA em 1966 e a consequente criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), durante o governo do presidente Castello Branco, o planejamento regional para a área da Amazônia Legal passou a considerar a região como uma fronteira em três sentidos: como fronteira demográfica, como fronteira econômica e como fronteira geopolítica.

Vista como fronteira demográfica, a Amazônia deveria “levar para a terra sem homens os homens sem terra”, isto é, deveria atrair fluxos migratórios para solucionar o problema do vazio demográfico e assim estabelecer uma presença constante na região. Foi nesse contexto que se iniciou a construção da Rodovia Transamazônica e propostas como as agrovilas tomaram corpo. A percepção de fronteira econômica para a Amazônia começaria a ser superada a partir da implantação de grandes projetos minerais e industriais que valorizassem a economia da região. Os incentivos fiscais do Poloamazônia, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, estimularam a implantação de grandes projetos empresariais como o Programa Grande Carajás e o Projeto Jari. A ideia de fronteira geopolítica, por sua vez, sugere a necessidade de visualizar a Amazônia como um espaço de afirmação do poder nacional especialmente nas áreas de fronteira a fim de coibir incursões estrangeiras e pressões criminosas para dentro do país.

As preocupações com o resguardo da soberania nacional sobre o território amazônico incentivaram uma série de ações na região, tanto políticas quanto militares. Entre as ações políticas valem a pena destacar a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), a criação do Programa Calha Norte e a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), administrado pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

A proposta feita pelo regime militar em 1978 de criação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), mais tarde convertido na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), enfatizava a necessidade de salvaguardar as fronteiras e a soberania dos Estados diante das ameaças externas representadas pelas incursões estrangeiras e pela atuação de grupos guerrilheiros ligados ao narcotráfico. É claro que o desenvolvimento da economia regional, a preservação do meio ambiente, o uso racional dos recursos hídricos e a busca por uma maior cooperação e integração física entre os países figuravam como objetivos do Tratado de Cooperação Amazônica, mas a dimensão estratégica da segurança acabou se sobressaindo em detrimento dos objetivos de desenvolvimento econômico e integração.

Em 1985 o Governo Federal lançou o Programa Calha Norte (PCN) com o objetivo de proteger as fronteiras da Amazônia Setentrional, desde o Oiapoque-AP até Tabatinga-AM, uma área rica em recursos minerais e entrecortada por reservas indígenas. Ainda no leque de projetos estratégicos, temos o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), administrado pelo Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), uma rede integrada de sensoriamento remoto que

tem como objetivo fazer o monitoramento da Amazônia e também a fiscalização das fronteiras.

A Amazônia Setentrional Brasileira como Fronteira Geopolítica

A porção norte da Amazônia transnacional é um espaço marcado por tensões. Nos últimos anos, como destaca Nascimento (2009), pelo menos duas situações foram dignas de destaque entre os vizinhos brasileiros: a aquisição de equipamentos pelas forças armadas de Venezuela e República da Guiana, motivadas principalmente pela questão do Essequibo, e a criação do “Plano Colômbia” pelos EUA, para dar apoio bélico ao governo colombiano no combate as FARC. Também é possível falar em tensões na porção brasileira da Amazônia Setentrional, tanto com casos ligados ao narcotráfico na fronteira com a Colômbia quanto com casos relacionados a imigrações ilegais nas fronteiras com o Suriname e com a Guiana Francesa, motivadas pelo garimpo ilegal.

A Amazônia Setentrional Brasileira é a parte do território amazônico localizado acima do rio Amazonas, isto é, uma área que se limita ao sul com o rio Amazonas e ao norte com os países vizinhos. Abarca territórios do Amazonas, de Roraima, do Pará e do Amapá e faz fronteira com Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, conforme é possível visualizar no mapa abaixo:

Figura 1: Mapa da Amazônia Setentrional Brasileira



Fonte: ESG/CLMN, 2003⁷.

Tanto na Amazônia transnacional, em geral, quanto na Amazônia Setentrional, em particular, as regiões de fronteira apresentam algumas particularidades em comum que potencializam a dificuldade de manter a segurança, como baixa densidade populacional, baixo nível de desenvolvimento e forte dependência dos principais centros comerciais, políticos e financeiros de seus respectivos países. É essa dependência dos grandes centros que faz com que as regiões de fronteira na Amazônia sejam consideradas áreas periféricas e por isso o problema geopolítico seja ainda mais agravado pela condição demográfica e econômica.

⁷ CORTES, Marcos Henrique Camilo. Brasil: áreas sensíveis de fronteira. Disponível em: <http://slideplayer.com.br/slide/65721/>. Acesso em: 20 mai. 2016.

Nas chamadas fronteiras mortas, aquelas que não foram vivificadas pela presença vibrante da vida das cidades, as ameaças trazidas pelas tensões fronteiriças são um problema de segurança ainda mais complicado. Adicione a essas fronteiras mortas as características naturais do espaço amazônico e além de problemas potenciais de segurança teremos também a dificuldade em planejar e executar ações de defesa.

Na figura abaixo é possível visualizar a diferença entre uma fronteira viva na América do Norte e uma fronteira morta no sul do continente americano: nas imagens de cima exemplos de fronteiras na Amazônia e nas imagens de baixo a fronteira entre Estados Unidos e México.

Figura 2 – Fronteiras na Amazônia e a fronteira entre EUA e México



Fonte: Google Imagens.

As fronteiras são consideradas zonas de tensão tanto por estarem no limite entre duas jurisdições soberanas, quanto por constituírem a linha de defrontação entre os interesses de dois Estados. Como lembra o Embaixador Marcos Henrique Camilo Cortes (2003), ainda que o Brasil não tenha problema de fronteira desde 1909, quando foram estabelecidas as fronteiras atuais do Estado do Acre, através do Tratado do Rio de Janeiro, e com o Uruguai, em outubro do mesmo ano, no Tratado da Lagoa Mirim, o país não deixou de ter problemas nas fronteiras.

Como espaço que necessita de presença do Estado e das Forças Armadas para afirmar a soberania nacional e evitar tanto os problemas nas fronteiras quanto os problemas de fronteira, a Amazônia Setentrional Brasileira ganhou maior espaço no planejamento estratégico do poder central em inúmeras áreas, desde a atração de investimentos, o desenvolvimento social e a implantação de infraestrutura viária (com rodovias, portos e aeroportos), até o desenvolvimento de projetos de defesa e segurança das fronteiras. (NASCIMENTO, 2009).

Essa gradual intervenção política na Amazônia Setentrional Brasileira, principalmente na área da defesa e segurança, foi balizada por documentos importantes como a Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa, o Livro Branco de Defesa Nacional, e especificamente no caso das fronteiras, o Plano Estratégico de Fronteiras, mas também se deu em virtude da percepção geopolítica e estratégica em torno do território mais oriental da porção pátria do Platô das Guianas, antes visto apenas como periférico.

A Condição Estratégica do Estado do Amapá

Os antigos territórios federais tiveram um papel estratégico na salvaguarda da soberania nacional e na consolidação da presença brasileira na Amazônia. Eles foram “mecanismos adotados pelo governo para estimular a ocupação de áreas de reduzida densidade demográfica, administrar as potencialidades naturais e garantir o domínio da região fronteira” (PORTO, 1999). Com efeito, a ocupação dos territórios do Acre, do Amapá, do Rio Branco (que hoje constitui o Estado de Roraima) e do Guaporé (hoje Estado de Rondônia) tanto garantiram a utilização das capacidades energéticas e minerais das respectivas localidades em favor do Brasil, como serviram, sobretudo, para defender as fronteiras nacionais.

Todos os ex-territórios citados anteriormente conservam, ainda hoje, um alto grau de importância estratégica, seja pelos abundantes recursos naturais que podem ser encontrados neles, seja pela posição geográfica privilegiada de cada um: Rondônia, na fronteira com a Bolívia, pode se converter em uma plataforma intermodal de transporte; o Acre, fazendo fronteira com a Bolívia e com o Peru, tem o acesso ao Oceano Pacífico facilitado pela Estrada do Pacífico, também chamada de Rodovia Interoceânica (BR-137/*Carretera Interoceánica*); e Roraima, na fronteira com a Venezuela e a República da Guiana, é o caminho de integração do Brasil com o norte da América do Sul e com o Caribe.

O Estado do Amapá, por sua vez, também dispõe de abundantes recursos naturais (como ouro, manganês e minério de ferro, por exemplo), e posição geográfica privilegiada em relação ao norte da América do Sul e ao Caribe, por fazer fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa, território ultramarino francês. Mas além da exploração mineral e da fronteira com a União Europeia (o que representa tanto uma interação com a zona do Euro, como a conexão com o espaço da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), o Estado do Amapá tem mais um aspecto que o torna especialmente estratégico na Amazônia Setentrional Brasileira: a foz do rio Amazonas.

O contato com o Oceano Atlântico através da foz do rio Amazonas faz do Amapá a porta de entrada para a Amazônia e, conseqüentemente, um espaço altamente estratégico em termos de defesa do território brasileiro e da soberania nacional. Não obstante sua inegável condição estratégica, o Amapá é visto sobretudo pela sua condição periférica: distante dos grandes centros, pouco desenvolvida economicamente, com uma população “reduzida” (menos de 1 milhão de habitantes) e uma difícil logística interna, agravada com o isolamento do estado decorrente da falta de interconectividade com o resto do país (a capital amapaense, Macapá, é a única que não tem ligação terrestre com outras capitais no Brasil).

A Amazônia setentrional é uma região para a qual se dirige um duplo olhar: ela é periférica e estratégica. Por se encontrar distante do centro econômico e das tomadas de decisão, apresenta condição periférica. No entanto, se torna gradativamente mais estratégica à medida que a fronteira foi sendo integrada, acessada e articulada aos cenários nacional e internacional. (PORTO, 2010).

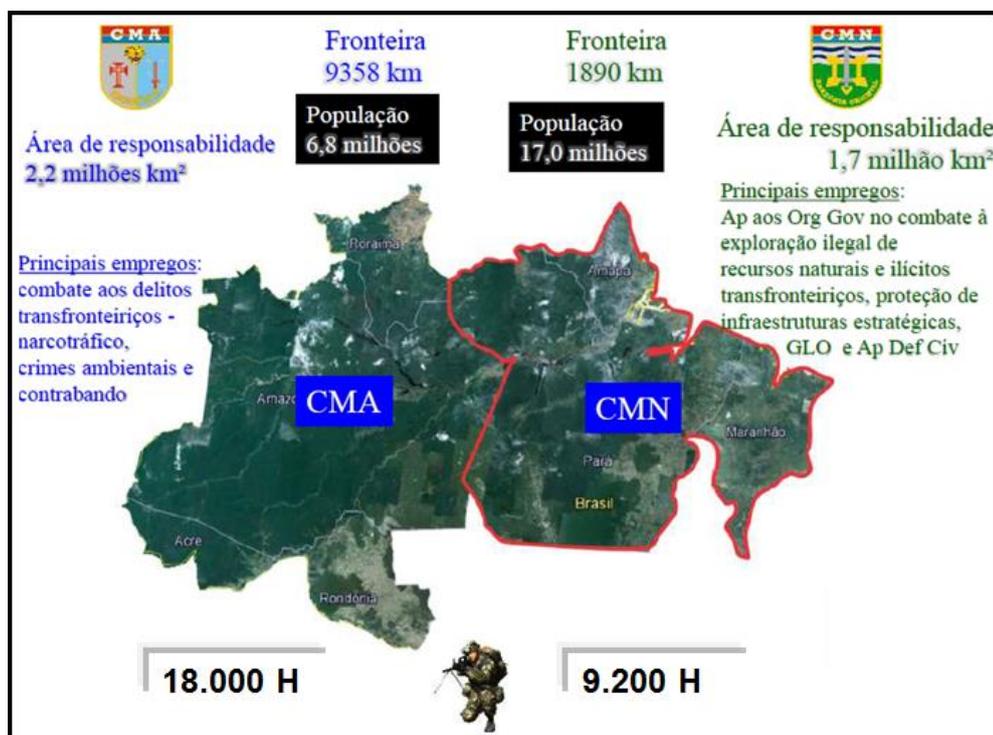
Jadson Porto (2010) aplica ao Estado do Amapá a mesma lógica explicitada acima acerca da Amazônia setentrional. Aliás, ele foi o primeiro a perceber essa característica duplamente periférica e estratégica da Amazônia Setentrional e do Estado do Amapá. Além disso, ele diz que a margem esquerda da foz do rio Amazonas historicamente tem atraído os interesses externos, seja pelo domínio territorial, pelo uso de seus produtos ou pela fluidez ao interior do continente sul americano, sendo identificada, dessa maneira, como área de segurança nacional e geopoliticamente estratégica para a soberania nacional.

A Presença das Forças Armadas na Porção Oriental da Amazônia Setentrional

É natural que uma região tão estratégica, com tantas riquezas e cujas fronteiras são tão porosas seja alvo da cobiça estrangeira e se converta em um desafio em termos de defesa. A despeito das dificuldades colocadas, a presença das forças armadas nas fronteiras da Amazônia Setentrional é muito importante, especialmente na sua porção mais oriental, onde a foz do rio Amazonas se apresenta como uma porta de entrada para a região.

A fim de proteger a Amazônia e dar conta das necessidades geopolíticas e estratégicas de defesa da região, no ano de 1956 foi criado o Comando Militar da Amazônia (CMA), com responsabilidade estendida sobre toda Amazônia Legal. Com a diretriz de adensamento da presença de unidades militares na região amazônica e nas áreas de fronteira da Estratégia Nacional de Defesa (END), o Exército Brasileiro, com base na sua Concepção Estratégica descrita no SIPLEx/2011 criou, em 2013, o Comando Militar do Norte (CMN), com a responsabilidade de garantir a defesa e a segurança estratégica sobre a banda oriental da Amazônia. Dessa forma, o CMA ficou responsável por 9.358 km de fronteiras englobando os estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, e o CMN ficou responsável por 1.890 km de fronteiras englobando os estados do Pará, Amapá e Maranhão.

Figura 3 – Divisão do CMA e do CMN no território amazônico

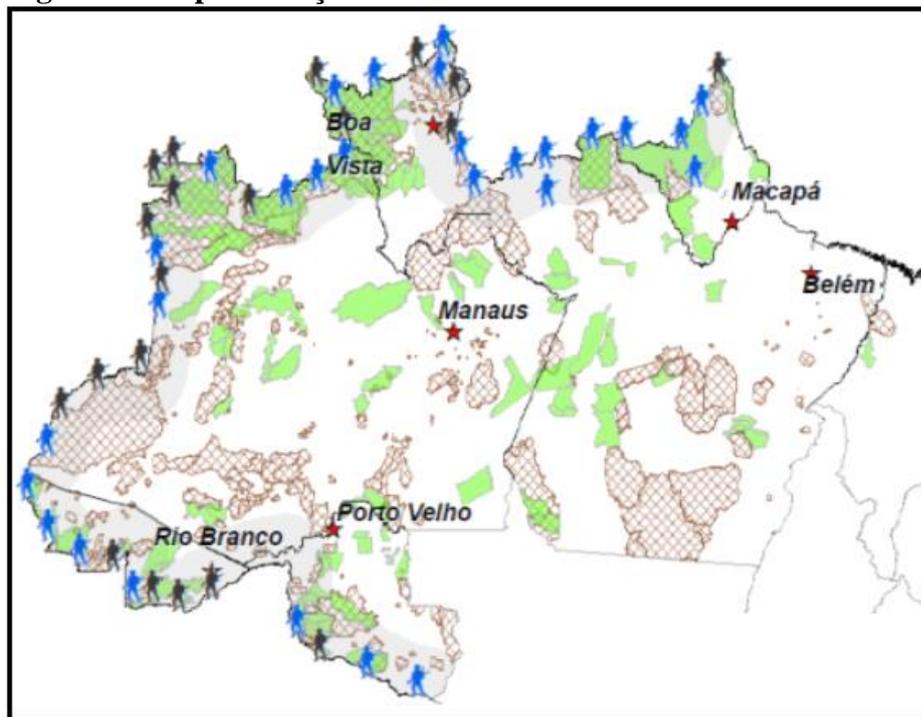


Fonte: MATTOS, 2016.

Com sede em Manaus desde 1969, o CMA é atualmente comandado pelo General-de-Exército Geraldo Antonio Miotto, e conta com quatro Brigadas de Infantaria de Selva (a 1ª Bda com sede em Boa Vista-RR, a 2ª Bda com sede em São Gabriel da Colchoeira-AM, a 16ª Bda com sede em Tefé-AM e a 17ª Bda com sede em Porto Velho-RO), além do 2º Grupamento de Engenharia e a 12ª Região Militar a ele subordinado. Já o CMN, mais novo comando militar de área do Exército Brasileiro, com sede em Belém-PA, e comandado pelo General-de-Exército Carlos Alberto Neiva Barcellos, tem 8 organizações militares diretamente subordinados, entre os quais se destacam a 8ª Região Militar, a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá-PA, o 2º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede em Belém-PA e o Comando de Fronteira Amapá/23º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede em Macapá-AP, além da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, em construção na capital amapaense⁸.

Para melhor atender aos objetivos de defesa da região amazônica além das Brigadas, Batalhões já apontados, há ainda diversas Companhias e mais diversos Elementos de Fronteira (Pelotões Especiais de Fronteira – PEFs, Companhias Especiais de Fronteiras – CEFs e Departamentos Especiais de Fronteiras – DEFs) em localizações estratégicas espalhadas pelos mais de 11.000 km de fronteira terrestre da Amazônia, vivendo com o lema “vida, combate e trabalho” (e proteção) na dupla missão de defender a pátria e colaborar com o desenvolvimento nacional, corroborando a imagem de “braço forte e mão amiga” do Exército Brasileiro.

Figura 4 – Representação dos Elementos de Fronteira da Amazônia



Fonte: MATTOS, 2016.

Os Pelotões Especiais de Fronteira representam uma linha de frente na vigilância e na defesa da soberania do país, dificultando qualquer penetração na faixa de fronteira. A presença dos PEFs está ligada a “estratégia da presença” que prevê o combate e resistência às

⁸ Informações extraídas das páginas do Comando Militar da Amazônia (<http://www.cma.eb.mil.br/>) e do Comando Militar do Norte (<http://www.cmn.eb.mil.br/>) no domínio do Exército Brasileiro na internet.

ameaças externas funcionando como uma “ponta de lança” da defesa, além de cumprir com a função de “vivificação” da fronteira, onde os militares passam a ocupar essas regiões de difícil acesso e com baixa densidade demográfica dificultando também ocupações ilegais (MIRANDA, 2012).

Dos 27 Pelotões Especiais de Fronteira presentes na Amazônia 24 estão subordinados ao Comando Militar da Amazônia. A maioria das Brigadas e grande parte do efetivo militar encontra-se ainda na porção ocidental do território amazônico e não na parte oriental, não obstante sua importância estratégica. Na própria página do CMA é possível encontrar a afirmação de que este é “considerado prioritário pelo Exército”. Entretanto, a tendência é de que a porção oriental passe a ter cada vez mais importância, o que ficou evidente com a criação do CMN e a implantação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva com sede em Macapá-AP.

De qualquer forma, a presença das Forças Armadas na Amazônia Setentrional como um todo, tanto na porção ocidental quanto na porção oriental, gera uma série de reflexos positivos, tanto em termos de defesa quanto de assistência cívico-social. Na parte da defesa e da melhoria na sensação de segurança é possível citar, como exemplo, os seguintes pontos positivos: o aumento da capacidade de vigilância e monitoramento; o refreamento das atividades de narcotráfico e inibição da evasão ilegal de riquezas da região; o combate ao crime organizado, ao contrabando, à imigração ilegal e a ilícitos ambientais; a preservação ambiental, a proteção à biodiversidade e a proteção às populações indígenas; e, sobretudo, a vivificação de áreas de faixa de fronteira. Já na parte de assistência cívico-social (ACISO) vale a pena elencar como aspecto positivo especialmente o atendimento de necessidades básicas e de saúde (médica e odontológica) para populações geralmente desassistidas (sem as quais, boa parte das comunidades indígenas e ribeirinhas ficaria sem cuidados básicos), bem como o fornecimento gratuito de medicamentos e vacinas⁹.

As Operações Militares nas Fronteiras da Amazônia

As operações militares nas áreas de fronteira do Brasil foram organizadas a partir do Plano Estratégico de Fronteira, instituído pela então presidente da República Dilma Rousseff, através do Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011. O propósito de defender as fronteiras nacionais ganha força com esse aparato legal, que tem como principais objetivos o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão de delitos transfronteiriços (principalmente o narcotráfico, o contrabando, o descaminho, o tráfico de armas e munições, os crimes ambientais, a imigração ilegal e o garimpo ilegal) e também aqueles praticados na faixa de fronteira brasileira (até 150 km do limite lindeiro).

Entre as principais ações do Plano encontram-se três operações, duas com foco pontual de impacto e temporalidade definida e uma com foco de inteligência e permanência, a Operação Ágata¹⁰ (coordenada pelo Ministério da Defesa, com apoio do MF e do MJ), a Operação Fronteira Blindada¹¹ (coordenada pelo Ministério da Fazenda, com apoio do MD e

⁹ Sobre esse ponto vale ressaltar que, se tratando da região Amazônica, o aspecto de assistência social assume uma dimensão mais ampla do que aquela que lhe é creditada em áreas de grande concentração populacional: muitas vezes é somente pelo intermédio das ACISO que se torna possível garantir a assistência médica, odontológica e social dos núcleos populacionais de ribeirinhos e povos indígenas na Amazônia.

¹⁰ A Operação Ágata teve 10 fases, das quais 3 abarcaram a região amazônica: a quarta, a sétima e a décima.

¹¹ A Operação Fronteira Blindada ficou mais restrita à região sul do país, tendo alguma ação na Amazônia ocidental mas quase nada na parte oriental da região.

do MJ) e a Operação Sentinela¹² (coordenada pelo Ministério da Justiça, com apoio do MD e do MF), respectivamente.

Outra operação importante para o aprimoramento da Doutrina de Segurança da região amazônica foi a Operação Amazônia, que teve como principal objetivo aperfeiçoar a logística e os métodos operacionais das forças singulares e das operações especiais. Esse foi o décimo exercício de grande porte realizado na Amazônia desde 2002, o que aponta para uma crescente preocupação das Forças Armadas em defender a região. Na edição de 2012 da Operação Amazônia mais de 5 mil homens das três forças participaram das manobras no Amazonas, Pará, Rondônia e Acre, incluindo o emprego da força conjunta de Operações Especiais, colocando lado a lado em exercício militar as capacidades das três forças, aprimorando a interoperabilidade não apenas das forças singulares, mas também das forças especiais do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

Na parte mais oriental da Amazônia Setentrional, no extremo norte da fronteira do Estado do Amapá, o Comando Militar do Norte desencadeou em maio de 2015 a Operação Cabo Orange, para combater crimes ambientais e transfronteiriços utilizando patrulhamento terrestre, fluvial e aéreo. As ações da operação se concentraram na faixa de fronteira viva ao longo da calha do rio Oiapoque, compreendendo o distrito de Clevelândia do Norte, Vila Vitória, Ponta dos Índios e Vila Brasil (uma vila que fica dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque), lugares onde é maior a concentração de pessoas e por onde os ilícitos são mais constantes.

Paralelamente às ações preventivas e repressivas do Exército na Operação Cabo Orange, que teve o apoio dos Órgãos de Segurança Pública e participação do IBAMA, ICMBio, Ministério da Agricultura e Receita Federal, em ambiente interagências, foram desenvolvidas ações cívico-sociais para as comunidades locais com atendimento médico e odontológico, apoio religioso de capelães militares e emissão de documentos e serviços de garantia da cidadania, em parceria com o Governo do Estado. Também houve interação com as Forças Armadas da Guiana Francesa, uma vez que o patrulhamento da calha de um rio que é limite natural entre dois países suscita a possibilidade de empurrar os ilícitos para o outro lado da fronteira. Embora já tenham atuado conjuntamente em alguns exercícios militares, vale a pena destacar que essa foi a primeira vez que houve um planejamento conjunto da operação entre as Forças Armadas Brasileiras e Francesas, num esquema de cooperação que favorece a segurança regional.

Em todas essas operações nas zonas de fronteira foram realizadas ações de patrulhamento fluvial e terrestre para coibir os ilícitos transnacionais de forma concertada, seja em termos de interoperabilidade entre as forças militares, seja em caráter interagências, aproximando as forças armadas das forças de segurança pública e órgãos como Ibama e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Também foi uma constante em todas as operações o caráter de assistência cívica e social, o que mais uma vez reforça a importância das ACISOs para a região amazônica.

A Criação da Brigada da Foz do Amazonas

A criação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva¹³ com sede em Macapá-AP, chamada de Brigada da Foz do Amazonas, é, ao mesmo tempo, a materialização de uma nova realidade

¹² No Amapá, as ações da Operação Sentinela foram conduzidas pelo Núcleo de Operações Especiais da Polícia Federal (NOE).

de organização militar da força terrestre na região, que implica tanto em um comando diferenciado quanto no aumento do efetivo militar, e a dupla possibilidade de emprego da força para o combate a delitos transfronteiriços e a defesa de uma posição estratégica para o país.

Pela posição estratégica do Estado do Amapá na parte oriental da Amazônia Setentrional, espaço de conexão com o norte da América do Sul e Caribe, bem como contato com o território ultramarino francês (e contato com a Europa – que representa, mais uma vez, tanto uma interação com a zona do Euro, como a conexão com o espaço da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN), e com a foz do rio Amazonas, via de acesso do Oceano Atlântico para a região amazônica e conseqüentemente para a *heartland* da América do Sul, uma maior preocupação geopolítica para essa área se tornou uma questão de estratégia nacional.

É claro que o emprego da Força para combater delitos transfronteiriços como narcotráfico, contrabando, exploração ilegal de recursos naturais, crimes ambientais, entre outros, na fronteira mais ao norte do Brasil é de grande importância, mas não se pode esquecer que o Amapá não tem apenas fronteiras terrestres com Suriname e Guiana Francesa, mas uma grande fronteira marítima com o resto do mundo através da parte norte do Atlântico Sul – e isso pede um aparato militar mais compatível com tal condição estratégica. Por isso que entre os projetos estratégicos das Forças Armadas aparece a criação da Brigada da Foz do Amazonas.

Uma brigada é a menor unidade sob comando de um oficial general (normalmente um General-de-Brigada), com 3 a 5 mil soldados e que abrange sub-unidades das várias armas e serviços. Em termos estratégicos, a Brigada é a menor unidade operacional habilitada a operar em um Teatro de Guerra. Acima das Brigadas, em comando e efetivo militar, aparecem as Divisões (grupos com 2 a 5 Brigadas e um efetivo de 10 a 25 mil soldados comandados por um General-de-Divisão) e abaixo delas estão os Regimentos (de Cavalaria) e os Batalhões (de Infantaria), comandados normalmente por coronéis, com efetivos que variam de mil a mil e duzentos soldados¹⁴.

O efetivo militar total do Estado do Amapá, contando o Comando de Fronteira do Amapá e o 34º Batalhão de Infantaria de Selva, em Macapá, a 1ª Companhia de Fuzileiros de Selva, em Clevelândia do Norte, e o Pelotão Especial de Fronteira (PEF), em Vila Brasil, fica em aproximadamente mil e duzentos soldados. Do outro lado da fronteira, na Guiana Francesa, sabe-se que há aproximadamente 3 mil soldados no 3º Regimento de Infantaria da Legião Estrangeira, embora o governo francês alegue que o efetivo seja de apenas 600 legionários para a proteção do Centro Espacial em Kourou.

O aumento do efetivo militar na região vai operacionalizar a concepção estratégica de defesa da Amazônia Setentrional e de proteção da foz do rio Amazonas, com base na dissuasão extrarregional a partir da ampliação da capacidade operacional e ação de reestruturação das forças terrestres. Tal estratégia tem também como base os conceitos da consciência situacional, flexibilidade, modularidade, elasticidade, centralização seletiva e a descentralização dos meios.

¹³ Não confundir a 22ª Brigada de Infantaria de Selva em tela, criada em 2014 (com obras iniciadas em setembro de 2014 e previsão de término da primeira fase para janeiro de 2017), com a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista-RR e subordinada ao Comando Militar da Amazônia, criada com o Decreto nº 97.602, de 1989, e depois revogado.

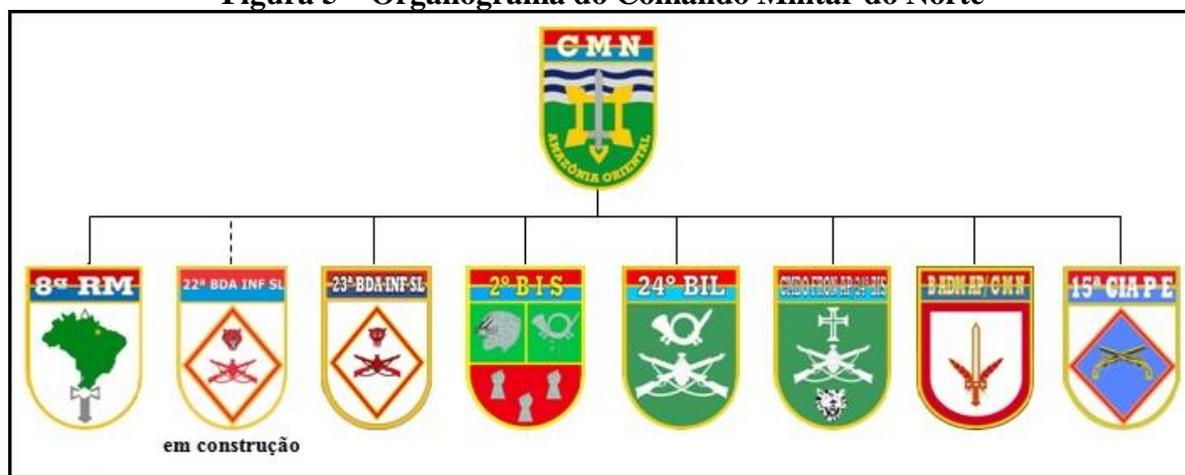
¹⁴ Informações obtidas em: <http://segundaguerra.net/organizacao-militar-o-que-e-regimento-divisao-brigada-batalhao/> Acesso em: 20 mai. 2016.

A Brigada da Foz do Amazonas será uma Grande Unidade básica de combinação de armas do Exército Brasileiro e será construída dentro da área do aquartelamento do Comando de Fronteira do Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva (34º BIS), em Macapá. Contará, entre outras Organizações Militares, com três Batalhões de Infantaria, sendo eles o 34º BIS, o 2º BIS de Belém e o 24º Batalhão de Infantaria Leve, de São Luís. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2014¹⁵).

Em entrevista ao G1 Amapá na ocasião do anúncio da criação da Brigada da Foz do Amazonas, em agosto de 2014, o então comandante do CMN, General Oswaldo Ferreira, disse que o Amapá necessitava tanto de um reforço dos militares nas áreas de fronteira quanto na foz do maior rio do mundo. Disse ainda que a Brigada da Foz “será um grande comando que terá autonomia e capacidade de atuar sozinho (...) terá logística, comunicações, engenharia e cavalaria, ou seja, todas as partes que fazem funcionar uma organização militar para atuar de forma isolada”. O então comandante do 34º BIS, Tenente-Coronel Alexandre Ribeiro, disse que com a construção da brigada e a integração dos três batalhões, haverá mais facilidade no cumprimento das missões do Exército no estado, e que o Amapá e o Acre eram os únicos estados de fronteira do país que ainda não possuíam brigadas¹⁶.

A Brigada da Foz do Amazonas está sendo construída dentro da área do aquartelamento do Comando de Fronteira do Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva (34º BIS), em Macapá-AP. Embora ainda não esteja operacional, a 22ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada da Foz do Amazonas), já aparece no organograma do Comando Militar do Norte, como é possível visualizar na imagem abaixo (segunda insígnia, da esquerda para a direita):

Figura 5 – Organograma do Comando Militar do Norte



Fonte: CMN, 2016.

Como consequência do aumento do efetivo para aproximadamente 3 mil soldados e a presença de um oficial-general no exercício do comando da Brigada em Macapá a porção oriental da Amazônia Setentrional terá maior capacidade de mobilização e defesa efetiva dessa região que é enormemente estratégica para resguardar a soberania do país e dissuadir forças alienígenas sobre as fronteiras amazônicas.

¹⁵ Noticiário do Exército. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-imprensa/noticiario-do-exercito> Acesso em: 29 abr. 2016.

¹⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/08/brigada-no-amapa-vai-comandar-tres-batalhoes-de-infantaria-do-norte.html> Acesso em: 29 abr. 2016.

Além da parte estratégica a criação da Brigada da Foz do Amazonas pode funcionar como frente pioneira para a garantia de defesa da promoção do desenvolvimento no Amapá, uma vez que defesa e desenvolvimento são temas que caminham lado a lado. Como mostra a Estratégia Nacional de Defesa ao afirmar que o desenvolvimento motiva a defesa na medida em que a defesa fornece escudo para o desenvolvimento, uma reforçando as razões da outra: “defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não; terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento” (2008).

Considerações Finais

Passados 60 anos desde a criação Comando Militar da Amazônia a percepção sobre a importância estratégica do território amazônico para a soberania do Brasil aumentou consideravelmente. A defesa desse território tão vital para o país, mas que já foi considerado fronteira demográfica, econômica e geopolítica, foi dificultada de várias formas possíveis, inclusive pelas próprias características naturais da selva amazônica, mas sempre contou com um olhar atento das Forças Armadas, notadamente do Exército Brasileiro.

O interesse estratégico na Amazônia Setentrional, e da parte oriental desse território, mais especificamente, fez com que mais recentemente fosse criado o Comando Militar do Norte, um comando de área autônomo que pudesse dar conta das particularidades da região a fim de garantir a defesa e resguardar a integridade das fronteiras e da soberania nacional. A percepção de que esse espaço era também uma porta de entrada para a região através da foz do rio Amazonas, motivou a criação de uma Brigada Militar no Estado do Amapá.

A criação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, a Brigada da Foz do Amazonas, como também é conhecida, vem a atender uma demanda por maior efetivo militar na região, aumentando a quantidade de soldados para aproximadamente 3 mil, para que se possa, de fato, dissuadir forças alienígenas e patrulhar as porosas fronteiras dessa parte da Amazônia coibindo assim ilícitos transnacionais e protegendo as riquezas e os saberes do povo amazônico.

Talvez todos os efeitos que serão advindos da implantação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva no Amapá só possam ser efetivamente vistos depois que a Brigada da Foz do Amazonas esteja pronta e operacional, mas de qualquer forma, as perspectivas para a defesa da Amazônia num ponto estrategicamente sensível pela importância geopolítica que tem, são bem melhores e mais seguras com esse projeto estratégico das Forças Armadas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

COSTA, Darc. *Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. *A Escola Geopolítica Brasileira – Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos & Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004.

MARQUES, Gilberto. *SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953-1966)*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. n. 34, São Paulo, 2013.

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MATTOS, Robson. *A Missão do Exército Brasileiro na Defesa e Segurança das Fronteiras da Amazônia*. Apresentação do Comandante do 34º BIS no I ERABED Amapá, fev. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 2005.

_____. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2008.

MIRANDA, Wando Dias. *Defesa e Exército na Amazônia brasileira: um estudo sobre a constituição dos pelotões especiais de fronteira*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2012.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Geopolítica e Forças Armadas na Amazônia: desafios políticos e institucionais para a defesa no século XXI*. Paper do NAFA 241, Outubro de 2009.

Plano Estratégico de Fronteiras. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/programas-1/plano-estrategico-de-fronteiras>>. Acesso em: 17/05/2016.

PORTARIA N ° 766, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011. *Aprova a atualização do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx) e dá outras providências*. In: BOLETIM DO EXÉRCITO N ° 50/2011. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2011.

PORTO, Jadson. *Os territórios federais e a sua evolução no Brasil*. Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. N° 15, Vol. III, mar. 1999.

_____. *A condição periférico-estratégica da Amazônia Setentrional: a inserção do Amapá no Platô das Guianas*. In: PORTO & NASCIMENTO. *Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades*. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2010.

SUPERTI, Eliane; SILVA; Gutemberg Vilhena. *Integração Internacional e Políticas Públicas de Defesa e Segurança na Fronteira Setentrional Amazônica: Reflexões sobre a condição fronteira amapaense*. Intellector, n. 22, 2015.